



## Relatório INSP-2019-0162 BI-2019-0155

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 06/11/2019 **Hora:** 10h30 **Tipo:** Denúncia (DEN-2018-0051)

**Motivo da inspeção:** Extraordinária

**Inspetor responsável:** Cláudia MFG. Rosa

**Outros inspetores da IRA:** João PRFB. Silva

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada na sequência de uma denúncia registada na IRA com a Ref.ª DEN-2018-0051, com indicação dos seguintes factos:

*“O proprietário da queijaria despeja as sobras do leite, soro e águas de lavagens das bilhas, da carrinha e do tanque na via pública, junto à estrada, ficando um cheiro a azedo.*

*No espaço à volta da queijaria tem resíduos espalhados.”*

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

No local foi contactado o responsável do estabelecimento, Manuel da Silva Leal, que forneceu os esclarecimentos e documentação solicitados e acompanhou a visita às instalações.

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** Manuel da Silva Leal

**NIPC/NIF:** 152723072

**Sede/morada:** Rua Direita, N.º 85, Criação Velha

**Código Postal:** 9950-236

**Freguesia:** Criação Velha

**Concelho:** Madalena

**Ilha:** Ilha do Pico

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Queijaria Leal

**Endereço:** Estrada Nova, N.º 40, Criação Velha

**Código Postal:** 9950-231

**Freguesia:** Criação Velha

**Concelho:** Madalena

**Ilha:** Ilha do Pico

**Atividade principal:** Indústrias do leite e derivados

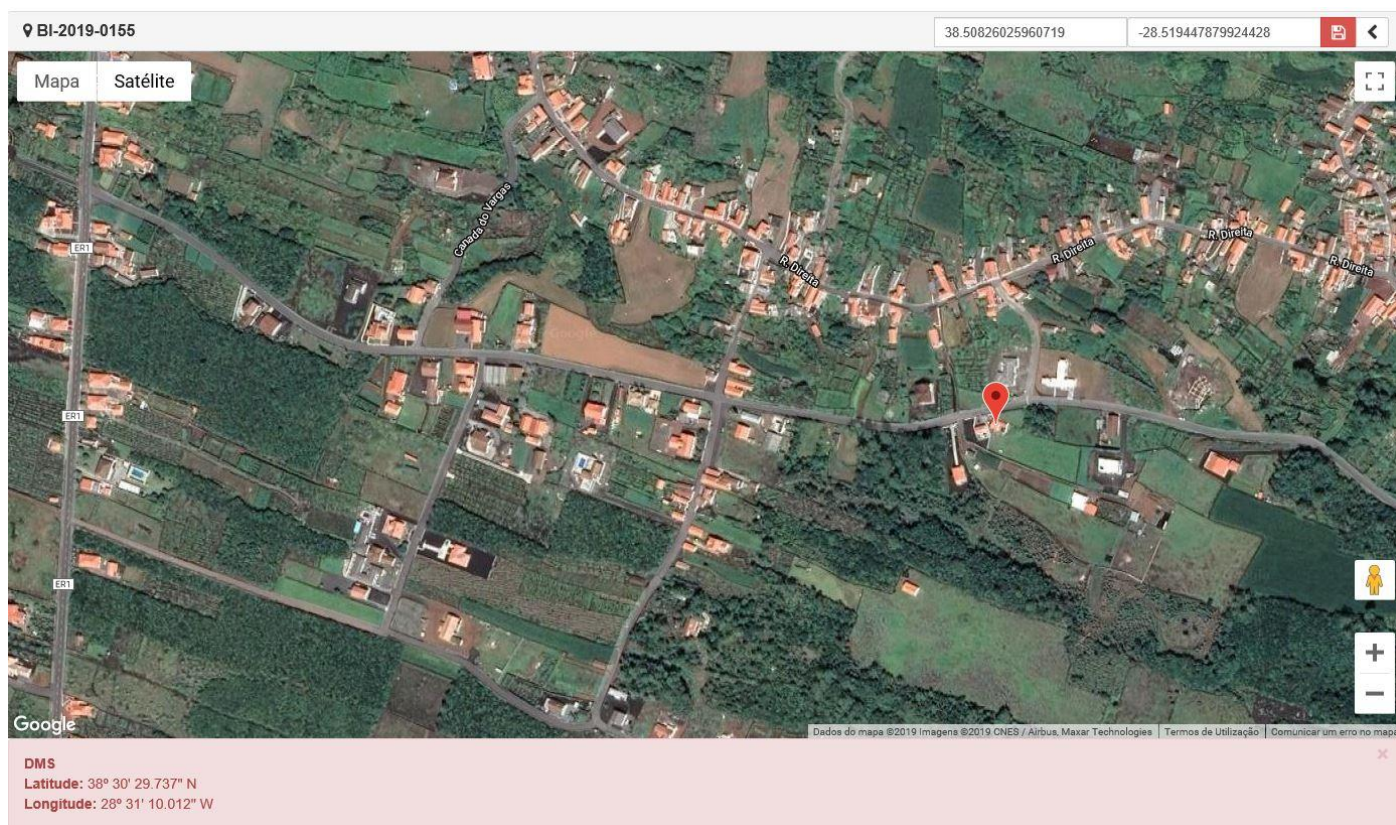
**CAE:** 10510

**Período de funcionamento:** 9h00 – 17h00, todos os dias.

**Licenciamento da atividade:** Alvará de Utilização N.º 9/2015, da Câmara Municipal da Madalena

**Coordenadas geográficas:** **Latitude:** 38º 30' 29,737" N

**Longitude:** 28º 31' 10,012" W



**Figura 1:** Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Situação observada

### 2.1 – Antecedentes

Em 06/04/2011 foi realizada uma inspeção ambiental à Queijaria Leal, RLT\_INSP-PIC/2011/49, de 02/05/2011, onde foi identificada a seguinte situação irregular:

- Descarga das águas residuais, provenientes das instalações sanitárias e da lavagem das instalações, no solo, via poço absorvente, sem licença de rejeição de águas residuais, em violação da alínea b), n.º 1, do artigo 60.º da Lei n.º 58/2005, de 29/12, conjugado com o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05, o que constitui contraordenação ambiental muito grave, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05.

Foi ainda detetada a descarga de águas não tratadas, provenientes da lavagem de recipientes de leite, diretamente no pavimento, à entrada da queijaria, acabando por escoar para a estrada e por se infiltrar nos terrenos envolventes, constituindo uma contraordenação ambiental muito grave, nos termos do artigo 81.º, n.º 3, alínea u), do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05: rejeição de águas degradadas diretamente para o solo, sem qualquer tipo de mecanismos que assegurem a depuração destas.

Na sequência da inspeção, o proprietário foi notificado, SAID-IRA/2011/699, de 29/07/2011, para regularizar a situação, designadamente para:

- a) Solicitar à Direção Regional do Ambiente o licenciamento da rejeição de águas residuais;
- b) Encaminhar as águas residuais resultantes da lavagem de materiais e das instalações para sistema de tratamento adequado, em vez de serem descarregadas no solo.





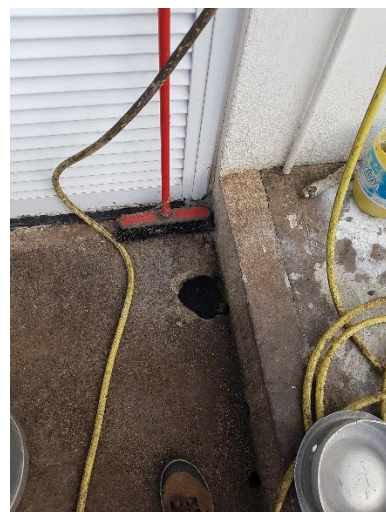
A entidade inspecionada não respondeu à notificação da IRA.

## 2.2 – Descrição da situação observada

Na visita inspetiva objeto do presente relatório não foram observados indícios da ocorrência de águas contendo leite/soro à entrada da queijaria, ao contrário do verificado na ação inspetiva de 2011, onde foi observada a ocorrência dessas águas à entrada da queijaria, acabando por escoar para a estrada e por se infiltrar nos terrenos envolventes. No entanto, verificou-se que, enquanto que as águas de lavagem das instalações são encaminhadas para um poço absorvente através de um esgoto existente no pavimento (**Figuras 3 e 4**), alguns recipientes de leite/soro são lavados no exterior, nas traseiras da queijaria, diretamente no solo e sem que as águas resultantes sejam submetidas a qualquer tratamento (**Figura 5**).



**Figura 2:** Rampa de acesso à queijaria, onde em 2011 foram detetados indícios de escorrências de águas com leite/soro.



**Figura 3:** Esgoto das águas de lavagem nas traseiras da queijaria.



**Figura 4:** Poço absorvente.



**Figura 5:** Local exterior onde são lavados os recipientes de leite, diretamente no solo.

Foi confirmada pelo proprietário da queijaria a inexistência de licença de descarga de águas residuais. Não foram observadas quaisquer tipologias de resíduos nas imediações da queijaria.



## 2.3 – Enquadramento legal

### RECURSOS HÍDRICOS

- **Lei da Água**, aprovada pela Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 44/2017, de 19 de junho;
- **Regime de Utilização dos Recursos Hídricos**, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 97/2018, de 27 de novembro.

## 3 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

Infração		Enquadramento legal
a)	Descarga de águas residuais provenientes da queijaria sem licença de rejeição de águas residuais.	Viola a alínea b), n.º 1, do artigo 60.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro, conjugado com o disposto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, o que constitui <u>contraordenação ambiental muito grave</u> , nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio, sendo punível, se praticada por pessoa singular, com coima de €10.000 a €100.000, em caso de negligência e de € 20.000 a € 200.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.
b)	Rejeição de águas degradadas provenientes da lavagem de recipientes de leite/soro diretamente no solo, sem qualquer tipo de mecanismos que assegurem a depuração destas.	Constitui uma <u>contraordenação ambiental muito grave</u> , nos termos da alínea u), n.º 3, do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31/05, sendo punível, se praticada por pessoa singular, com coima de €10.000 a €100.000, em caso de negligência e de € 20.000 a € 200.000, em caso de dolo, nos termos do n.º 4 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, com as últimas alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2019, de 26 de março.

## 4 – Indicações e medidas adotadas

- 4.1 –** Notificação da entidade inspecionada para regularização das infrações detetadas.  
A denúncia é anónima pelo que não é possível informar o denunciante.
- 4.2 –** Conhecimento à DRA (DSRH) do presente relatório.

Horta, 28 de novembro de 2019

A Inspetora Superior Principal

(Cláudia Maria Ferreira Garcia da Rosa)